

Segurança Pública e os Megaeventos no Brasil

Christopher Gaffney¹

Introdução

A segurança pública para grandes eventos foi um destaque já no ano 1992 com a realização da Conferência Eco '92 da ONU. Naquele momento, o Rio de Janeiro passava por uma onda de violência quase sem precedentes e os conflitos entre o tráfico de drogas e a Polícia Militar eram constantes. Durante o Eco '92, a Força Nacional entrou na cidade para proteger os chefes do estado e suas delegacias que circulavam entre a Zona Sul e a Barra da Tijuca durante os 20 dias do evento. A presença do exército nas ruas da cidade veio somente sete anos depois da abertura democrática e deu continuidade a um processo de militarização da cidade.

Ao longo da década de 1990, os crescentes conflitos armados entre o tráfico de drogas e a Polícia Militar criavam dualidades entre zonas “seguras” e “inseguras” nas cidades brasileiras. Por um lado, as classes mais favorecidas criavam enclaves de residências fechadas em condomínios onde empregavam segurança privada nas portarias e saíam nas ruas com carros blindados. Por outro lado, os moradores nos subúrbios e nas favelas conviviam ou com a lei do tráfico ou com uma força policial que os tinha como inimigos e ameaças à ordem pública. Essa dualidade refletia na própria estrutura física das cidades e nos índices de violência (CALDEIRA, 2000; LOPES, 2012). O crescente abandono do espaço público e a falta de uma política sustentável de segurança pública fortaleceram as tendências de isolamento socioespacial e altos índices de violência contra pobres, jovens e negros.

Na década de 2000 com a estabilização e crescimento da economia brasileira, o mercado de segurança privada se deu muito bem – as despesas em segurança privada chegaram a R\$35,85 bilhões, um aumento de 70% na década. Ipea estimou que, em 2000, eram 308.038 pessoas empregadas no setor e o ano 2012 tenha terminado com 721.603 trabalhadores. No entanto,

¹ Senior Research Affiliate, Department of Geography, University of Zurich.

“apesar do aumento das despesas com segurança, o Brasil não viu uma redução significativa dos crimes” (PACHECI; CASCIANO, 2014).

Mantinhm-se as distinções entre lugares seguros e não seguros e a suburbanização das metrópoles brasileiras expandia ao mesmo tempo que as fortificações nos prédios residenciais nos centros urbanos desdobravam-se (FERRAZ 2008). Foi durante esse processo todo que novos modos de governar as cidades entravam no cenário brasileiro. A primeira cidade brasileira a procurar uma “solução” através da importação de modelos governamentais baseados nos conceitos de *city marketing* e empreendedorismo urbano foi Curitiba (SANCHEZ 2001). Mas o Rio de Janeiro, através de uma coalizão liderada pelo então prefeito Cesar Maia, já na época pós-Eco '92 procurou trazer grandes eventos esportivos para a cidade, empregando consultores catalães responsáveis pela realização dos jogos olímpicos de Barcelona.

Nas tentativas de trazer os Jogos Olímpicos de 2004 e 2012 para o Rio de Janeiro, as sucessivas candidaturas se deram mal em dois aspectos fundamentais: infraestrutura urbana e segurança pública. Depois das tentativas frustradas a coalização de interesses que se consolidou em torno dos megaeventos esportivos procurou trazer um evento menos importância como teste. Em 2003, o Rio de Janeiro foi nomeado como cidade-sede dos XV Jogos Pan-Americanos, cuja realização seria em 2007. Os problemas das candidaturas olímpicas persistiam, mas houve em curso uma solução para garantir a realização do evento. Aqui, trata-se dos aspectos de segurança pública em relação aos megaeventos esportivos que começaram com os Jogos Pan-Americanos e evoluíram ao longo de uma década de megaeventos esportivos no Brasil.

A experiência do Eco '92 de usar a Força Nacional para segurar um grande evento voltou com a realização dos XV Jogos Pan-Americanos (Pan) na cidade do Rio de Janeiro. Durante tal evento, 10 mil tropas da Força Nacional ocuparam as ruas e praças das zonas turísticas, garantiram os fluxos de transporte e realizaram ações em torno dos locais de competição. Às vésperas do evento, um batalhão da Polícia Militar do Rio de Janeiro (PMERJ) invadiu o Complexo do Alemão deixando pelo menos 19 mortes (RODRIGUES DE ALVARENGA FILHO 2010). Essa invasão foi o último ato numa série de incursões violentas da PMERJ nas favelas localizadas nas proximidades das áreas de competições, áreas turísticas ou linhas de transportes nos meses precedentes ao Pan.

Entre o Eco '92 e o Pan '07, as cidades brasileiras foram, e continuam sendo, lugares de insegurança, caracterizadas pela arquitetura de violência (FERRAZ 2008), fragmentação socioespacial e enclaves de fortificação (CALDEIRA 2000). Em todas as cidades grandes e capitais, em particular o Rio de Janeiro, a relação conflituosa entre a polícia e populações com menos poder aquisitivo deixou anualmente milhares de mortes e um legado de medo e desconfiança entre a população e a polícia. No Rio de Janeiro, as chacinas

de Vigário Geral (1993), Candelária (1993) e Queimados (2005), entre muitas outras, foram momentos marcantes de atuação criminosa na parte da Polícia Militar. As cenas de barbaridade nos espaços públicos das cidades brasileiras foram constantes, aumentando ainda mais as tendências de segmentação, securitização e a produção de enclaves seguros. A desconfiança da população na segurança pública estimulava ainda mais o mercado privado.

As atuações da Polícia Militar nas cidades brasileiras, apesar de não garantirem a segurança cotidiana de maneira eficiente e com cobertura geográfica minimamente equilibrada, ativamente aceleravam os processos de fragmentação decorrentes em cidades brasileiras. Na sua capacidade de impor regras e controlar movimento dentro do cenário urbano, as corporações da polícia sempre são agentes da lei, mas também agentes que produzem o espaço. A atuação violenta da polícia em bairros pobres, contra cidadãos com menos poder aquisitivo faz com que esses espaços “populares” sejam fisicamente demarcados pela insegurança enquanto áreas mais nobres das cidades contam com ambientes mais seguros. A produção desigual de espaço através de aparatos de segurança humana e não humana é reforçada com a atuação da polícia, que faz um tipo de dança macabra com o tráfico de drogas. A polarização entre as zonas nobres e pobres sempre marcou as cidades brasileiras, mas nas últimas três décadas, com o aumento de polarização social, a periferalização e a criminalização da pobreza, as tendências a isolamento, fragmentação e estigmatização do espaço foram reforçadas (FREIXO 2013). Investigações de agências internacionais e nacionais revelaram que a PMERJ é o corpo policial que mais mata pessoas no mundo (BATISTA 2011) e é o mais corrupto do país (AMADO e SERRA 2013). No Brasil como um todo, o cenário de violência é preocupante dado que a maioria das vítimas são jovens e negros (WAISELFISZ 2011). Entrando na segunda década de século XXI, é evidente que “os alvos das atividades de manutenção da ordem pública tornaram-se cada vez mais territorializados: não se trata mais de coibir atividades proibidas, mas de controlar áreas tidas como perigosas – o que, inevitavelmente, afeta em especial os territórios de moradia dos segmentos subalternos” (MACHADO DA SILVA 2013, 3).

O modelo de segurança pública no Brasil nunca passou por uma reforma institucional ou constitucional. Como indicou Ashcroft na sua análise sobre a história da Polícia Militar,

desde a chegada dos portugueses ao Rio de Janeiro, os sistemas penais e policiais são utilizados como instrumentos para controlar as classes mais baixas... As classes desfavorecidas têm sido marginalizadas tanto pela polícia quanto pelo sistema judiciário, muitas vezes para dissimular as próprias falhas do governo: ao tratar dos pobres como ‘uma classe perigosa’, eles estão essencialmente culpando essas comunidades pelos problemas do país, desviando a atenção da corrupção e da sua

incapacidade de fornecer moradia adequada e serviços sociais básicos para uma grande parte da população. O culminar deste processo foi a favela ser considerada o espaço “do inimigo” a partir do início dos anos 1990. (ASCHCROFT 2014).

Depois das reformas constitucionais na década de 1980 e as tentativas de consolidar um estado democrático de direito nas décadas de 1990 e 2000, a polícia no Brasil conseguiu manter o mesmo perfil e mandato que marcou a época da ditadura militar. Apesar da introdução e evolução da Guarda Civil nas cidades e a profissionalização da Polícia Federal, os responsáveis pelo policiamento cotidiano das cidades não modificaram seus mandatos, técnicas ou táticas de policiamento para refletir a transição da ditadura para a democracia.

Não muito diferente de outros países, os megaeventos esportivos no Brasil estão fortalecendo o modelo atual de segurança militar com importantes acréscimos. É lógico que um país que tem sete anos para preparar um esquema de segurança para um grande evento não tem como conduzir reformas institucionais ao mesmo tempo que está lidando com as exigências dos eventos. Mas, no caso do Brasil, o debate sobre reforma institucional da Polícia Militar está muito atrasado, e o país está chegando ao final de uma década de grandes eventos, período durante o qual nenhuma reforma institucional foi implementada. Conforme o subsecretário do Centro Integrado de Comando e Controle do Rio de Janeiro, o coronel Carlos Alfradique, o grande salto para segurança pública do Pan foi em equipamento, aquisição de armas e tecnologias de comunicação (ALFRADIQUE 2014).

Muito ao contrário de usar os eventos para introduzir formas de policiamento comunitário e menos combativas, as cidades brasileiras que sediam esses eventos, em particular o Rio de Janeiro, estão tornando-se lugares para experimentos com o monitoramento de lugares e pessoas através da aquisição de tecnologias de ponta. Nesse contexto, as instituições de segurança pública pré-existentes recebem mais dinheiro, uma amplificação de mandato e são cobertas com impunidade através de novos arranjos legais.

A seguir, examinaremos com mais profundidade as ações e efeitos no contexto de segurança pública durante uma década de grandes eventos esportivos no Brasil. Essa análise incluirá os seguintes eventos: XV Jogos Pan-Americanos de 2007, os Jogos Militares de 2011, o congresso Rio+20 da ONU em 2012, a Copa de Confederações em 2013, a Jornada Mundial da Juventude em 2013, a Copa de Mundo da FIFA em 2014 e os Jogos Olímpicos e Paraolímpicos de 2016. Cada um desses eventos merece um estudo acerca dos efeitos de segurança pública nas cidades-sede, mas organizaremos a argumentação em sete linhas de discussão com o intuito de comprovar certas hipóteses sobre a atuação, função e efeitos de segurança pública.

1. *Os investimentos em segurança pública fazem com que as agências de segurança pública se fortaleçam e o setor privado cresça. Enquanto houver um remanejamento institucional para lidar com os grandes eventos, é provável que as instituições pré-existentes mantenham suas características. Dado a falta de transparência, é provável que haja superfaturamento e desvios de dinheiro.*

Embora não haja transparência nos gastos para os megaeventos ainda em curso no Brasil (Copa e Olimpíada), podemos afirmar que existe uma tendência de aumentar o investimento em segurança pública para grandes eventos. Para os Jogos Pan-Americanos, o poder público previa gastos no setor de R\$ 7 milhões, mas acabou arcando com despesas de R\$ 563 milhões. Esse dinheiro, proveniente do Tesouro Nacional, foi direcionado à “Força Nacional de Segurança e a Polícia Rodoviária Federal para adquirir carros de luxo, armas sofisticadas e equipamentos eletrônicos de última geração. Os Jogos foram pacíficos. Os soldados federais invadiram o Rio e não houve incidente grave, mas R\$ 12 milhões foram gastos com munição, e a manutenção dos policiais custou R\$ 61 milhões. Quatro vezes mais que o investimento em equipamentos esportivos para os atletas.” (CALIL 2013). A indicação é que houve um fortalecimento no setor de segurança pública e uma valorização do modelo de segurança ostensiva e intensa (SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA 2008).

Posteriormente ao Pan, investigações do Ministério Público detectaram que o diretor de segurança do Pan, Luis Fernando Corrêa, “teria lesado os cofres nacionais em pelo menos R\$ 18 milhões, por meio de contratos superfaturados.” Corrêa, atual diretor da Secretaria Especial para Segurança em Grandes Eventos (SESGE), “assinou um contrato para a aquisição de equipamentos de inteligência com o Consórcio Integração Pan, formado por um grupo de empresas, entre elas a Motorola. A compra dos equipamentos custou R\$ 174 milhões e foi feita sem licitação, sob a alegação de que o contrato tratava de assunto ligado à segurança nacional.” (KONCHINSKI 2012). A intenção desse investimento pesado foi de deixar um “legado” de segurança pública para a cidade do Rio de Janeiro, mas, dado os problemas de gestão, muitos dos equipamentos comprados pelo evento não chegou à cidade e muitos dos equipamentos comprados sequer funcionaram (POTIGUARA DE LIMA 2008).

Um relatório do Tribunal das Contas da União também apontou grandes irregularidades na gestão de segurança pública durante o primeiro megaevento esportivo no Brasil no século XXI. Esse relatório identificou dezenas de contratações irregulares e “a existência de questões relativas ao maior desses projetos [de segurança pública], no valor de R\$ 161.375.491,27” (TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO 2008, 17). Ao pesar dessas acusações de desvio e superfaturamento durante o Pan, Corrêa é a autoridade máxima

de segurança para os grandes eventos no Brasil. A continuidade de pessoas nos cargos mais altos do comando de segurança pública é uma maneira de garantir que as mesmas práticas continuariam, dando uma continuidade institucional ao contexto no qual os mesmos esquemas de sonegação poderiam repetir-se.

Os gastos com segurança pública no Brasil não movimentam a economia tanto como o mercado privado. Embora não haja uma ligação oficial com os megaeventos, o mercado de segurança pública cresceu exponencialmente no Brasil nos últimos anos. Já em 2010, o setor movimentou R\$ 16 bilhões e empregava 452 mil agentes registrados. Se acrescentarmos o número de agentes não registrados o valor pode ser de um milhão. Esse é maior que a Polícia Militar de todos os estados brasileiros (411 mil). Somente em São Paulo havia um aumento em 22% de agentes privados entre 2007 e 2010 (LOPES 2012, 28). A expectativa durante a Copa do Mundo é que a FIFA empregue 50 mil agentes privados para atuarem no entorno e dentro dos estádios de maneira não ostensiva (PORTAL DA COPA 2012). As escoltas pessoais das VIPs e VVIPs² serão conduzidas por um verdadeiro exército de agentes privados (O GLOBO 2012). Porque os megaeventos esportivos tendem a cristalizar e acelerar tendências de segurança já em andamento, podemos afirmar que o crescimento do mercado privado de segurança é integrado às dinâmicas da economia globalizada (BENNETT e HAGGERTY 2011, 11). Lamentavelmente, a falta de transparência no setor nos proibia uma análise mais contundente acerca dos impactos dos megaeventos no setor, mas há indicações de que os novos agentes privados que são treinados para atuar nos eventos temporários são facilmente absorvidos pelo mercado depois do megaevento.

É importante que haja uma crescente interligação entre os setores públicos e privados. Durante a Copa do Mundo, a segurança dentro dos estádios será conduzida pelas agentes privadas da FIFA. Esses agentes terão comunicações e ligações com o setor público, que entrará em cena em casos de emergências. Além disso, há uma necessidade de ter mais coordenação entre os setores durante os eventos e essas novas ligações tendem a permanecer depois do evento. Não é incomum que agentes de segurança pública (PMs, Guarda Civil) atuem no setor privado nos dias e horas de folga para aumentar seus salários. A atuação dos agentes públicos em contextos privados faz parte da tendência de eliminar as antigas divisões entre o público e privado, uma vez que as chamadas parcerias público-privadas estão emergindo como módulos paradigmáticos para governar cidades e equipamentos públicos.

2 VIP – *Very Important Person* e VVIP – *Very Very Important Person*; pessoas muito importantes e pessoas muito muito importantes, respectivamente.

2. *Com a aproximação do megaevento, há um aumento de ações militares e policiais. O estado usa eventos-teste e situações cotidianas para testar, treinar, vigiar e controlar a população. Os testes são úteis para entender os limites de ação que a população e a mídia toleram.*

O treinamento para os grandes eventos esportivos acontece nos lugares onde os eventos serão realizados. Por essa razão o poder público usufrui dos momentos ordinários para testar novos equipamentos, afinar táticas de abordagem e empregar ações contra a população local. Embora normalmente não exista ameaças à realização de um evento como um jogo de futebol de um campeonato local, para a realização de treinos, a segurança pública posiciona a população como se fosse ameaça e usam os empreendimentos esportivos como cenários de guerra.

Os exemplos deste tipo de ação são inúmeros, mas vale destacar o treinamento dos agentes de resgate nos estádios da Copa do Mundo nas cidades de Porto Alegre, Brasília e Rio de Janeiro como exemplos. Em todas essas cidades foram realizadas treinos de resgate em caso de sequestro nas linhas de transporte e nos estádios. A preparação para um eventual atentado também faz parte de treinamento e as novas tecnologias antibomba, com robôs, são testados nos anos decorrentes aos jogos. A garantia da segurança pública nesse sentido pode ser considerada positiva, deixando uma força policial mais capacitada para lidar com atos criminosos ou atentados. Esses eventos-teste são momentos em que o poder público pode testar os novos arranjos de comunicação e integração. A consolidação de um modelo integrado de controle é tido como um dos maiores legados dos megaeventos esportivos. Todas as cidades-sede são obrigadas a construir Centros Integrados de Comando e Controle (CICC). Esses centros empregam tecnologia de ponta e reúnem todas as instituições de segurança pública no mesmo prédio. Nacionalmente são dois centros de CICC que organizarão as ações do poder público durante a Copa e as Olimpíadas, um no Rio de Janeiro e outro em Brasília. No CICC do estado do Rio de Janeiro, encontram-se as seguintes agências: Polícia Militar, Polícia Civil, Polícia Rodoviária Federal, SAMU, Corpo de Bombeiros, CET-Rio, Guarda Municipal, Defesa Civil. Durante os eventos, a Força Nacional e as comissões de polícia estrangeira também teriam uma presença no CICC.

Além do controle e coordenação das agências e agentes de segurança pública, é também importante a atuação das forças policiais na coleta de dados dos frequentadores dos estádios. A Polícia Militar do Rio de Janeiro e São Paulo usaram eventos como clássicos locais de futebol, Carnaval e Réveillon para testar novos mecanismos de vigiar a população. Em ambas as cidades, a Polícia Militar comprou e testou óculos israelitas que rastreiam até 4 mil rostos por segundo, comunicando com uma base de dados central para identificar suspeitos. A coleção desses dados pessoais tem a finalidade

de controlar o acesso aos espaços públicos, aumentado a informação sobre pessoas e seus hábitos. A privacidade e os direitos de livre circulação são colocados em cheque com esse tipo de tecnologia que atua em conjunto com novas formas de monitoramento (e infiltração) das redes sociais.

Durante a Copa do Mundo, o Brasil contará com a colaboração de agências estrangeiras de segurança (FBI, CIA, Mossad, INTERPOL, MI6 etc.) para montar uma base de dados que articulará com as novas tecnologias de monitoramento (REBELLO 2013). Os grandes eventos (Carnaval, Réveillon, clássicos) anteriores aos megaeventos são momentos importantes para as forças de segurança pública e privada treinarem com os novos equipamentos como drones e robôs. Não é que sempre dê certo. No Réveillon de 2012, um drone da Polícia Militar do Rio de Janeiro sequer saiu do chão (BARBOSA 2012). Mas para a Jornada Mundial de Juventude em 2013, o Rio de Janeiro empregou as chamadas “supercâmeras” para vigiar a multidão na Praia de Copacabana (RITTO 2013).

Até 2012, 900 câmeras foram instaladas em Brasília, e no Rio 400 novas câmeras foram instaladas e 1000 viaturas da Polícia Militar receberam câmeras. Os números variam de cidade em cidade, mas a tendência é que todas as cidades-sede da Copa terão instalações de segurança pública permanentes. Como há de se esperar, a cobertura geográfica é bastante desigual concentrando-se nos arredores dos estádios, infraestrutura turística e nos pontos estratégicos para a realização dos eventos. As periferias, favelas, e lugares fora do circuito turístico – tipicamente os menos seguros – não contarão com um legado de cobertura acrescentada de segurança pública. Há, obviamente, uma tensão entre maior cobertura e controle que pode diminuir a liberdade das pessoas e o acesso à segurança pública como um direito humano.

Os eventos-teste servem para que as forças de segurança pública e privada possam entender os limites de suas ações diante de uma extensa cobertura midiática. Com a expansão do jornalismo independente, as ações da polícia estão mais vigiadas que nunca. Quando há excessos no uso de força e violações de direitos, normalmente há vídeos e testemunhas para acompanhar os processos legais decorrentes. A mídia tradicional tem uma influência sobre as percepções e valores da população que podem limitar ou permitir o tipo de ação da polícia.

3. *Grandes eventos estimulam o mercado de armas, deixando os setores públicos e privados com mais tecnologia, armamento e efetivos. Depois do evento, a tendência é que todos esses elementos permanecem. Há uma tendência à tecnologia, militarização, comercialização, padronização e globalização no setor. A performance da segurança ostensiva é parte integrante do espetáculo do evento. Investimentos em armamento de ponta funcionam em conjunto com os demais signifi-*

cados do evento de que país é forte, tecnologicamente avançado e capaz de defender seu território.

Embora não haja informação sobre orçamento nos sites de transparência das três esferas do governo, percebe-se, através de acompanhamento de reportagens publicadas pelos principais veículos de imprensa, que há uma aquisição progressiva de novas tecnologias e o aumento dos investimentos na capacitação e no treinamento de novos agentes de segurança pública. Essa tendência em categorizar as aquisições como “segredos nacionais” dificulta o acompanhamento dos gastos.

Nosso acompanhamento dos veículos da imprensa revela que a tendência global de ostentar a segurança pública é também presente no Brasil com os megaeventos esportivos. Depois dos protestos da Copa de Confederações de 2013, o governo federal anunciou a criação de uma tropa de 10.657 efetivos da força nacional especialmente treinados para lidar com distúrbios urbanos. Essa força estará à disposição dos governadores que avaliam que as medidas extraordinárias já implementadas para garantir a realização do evento não serão suficientes. Essa força será “formada por policiais militares, civis, bombeiros militares e peritos de todo o Brasil. Segundo o Ministério da Justiça, todos são selecionados e capacitados em instruções que seguem padrões de atuação de forças de paz da ONU” (SOUZA 2014).

Durante a Copa das Confederações, foi evidente que a polícia brasileira exagerou no uso de armas não letais (bombas de efeito moral, *spray* de pimenta, gás lacrimogêneo, cacetadas, *tasers*). O uso chegou ao ponto de as tropas do Rio esgotarem seu estoque e precisarem fazer compras emergenciais (sem processo de licitação) para lidar com as manifestações (DANA 2013). Durante as manifestações, a polícia em São Paulo e no Rio de Janeiro usava de gás lacrimogêneo vencido, que poderia causar danos físicos permanentes. Depois de acabar com o estoque, resolveram comparar gás que continham três vezes mais o agente ativo. Apesar de ser fabricado no Brasil para exportação, o uso dessa arma com altas concentrações do ortoclorobenzalmalonitrilo é ilegal no Brasil (GOMES 2013). Nas preparações para a Copa do Mundo, o governo federal desembolsou R\$ 30 milhões para comprar 2.691 armas de bola de borracha e um total de R\$49,5 milhões em armas não letais (MATTOS 2014).

O anúncio da formação da Tropa de Choque federal pode ser entendido como um sinal do governo federal para FIFA e seus patrocinadores que a realização da Copa do Mundo não poderá ser colocada em risco pelas mesmas manifestações que ameaçavam a Copa de Confederações em 2013. Mas a sinalização dos preparos vai muito além. Segundo reportagens publicadas no Portal da Copa (do governo federal), para a Copa do Mundo o Brasil ostentará “aeronaves de caça F-5M de alta performance e de ataque leve A-29 Super Tucano, helicópteros AH-2 Sabre e o H-60 BlackHawk da Força.

Aviões-radar E-99, que executam alerta aéreo antecipado também voarão durante o período. O sistema de defesa aeroespacial ainda inclui a artilharia antiaérea da Marinha, do Exército e da Força Aérea Brasileira.”

Tida como contribuição importante para uma tendência internacional, a última década de grandes eventos no Brasil demonstrou que esses são oportunidades lucrativas para vender produtos avançados de segurança (FONSECA *et al.* 2013). Os eventos no Brasil também servirão como vitrines para as empresas de defesa e segurança para futuras sedes. Consideramos que estes processos fazem parte de um processo mais amplo de gerenciamento da reputação e imagem do Brasil e das cidades-sede (MOLNAR & SNIDER 2011, 161). Conforme um relatório do próprio governo, a preocupação é justamente essa imagem: “As falhas de segurança pública, além de poderem ocasionar vítimas fatais e perdas patrimoniais, causariam enorme prejuízo à imagem do País” (SESGE, Programa de segurança, p. 9). Notável aqui é que os vítimas são “ocasionadas” enquanto o “enorme prejuízo” é para a imagem.

4. *Para os grandes eventos, a segurança pública atua em prol dos interesses do evento, tratando a população local com uma força insurgente. A segurança pública e privada, junto ao poder público, estabelece novos arranjos espaciais que poderiam durar depois do evento. Os eventos estimulam uma nova arquitetura de controle social e novos modos de vigiar populações. Essas preparações são seletivas, deixando vácuos de segurança em áreas importantes.*

Um dos exemplos mais contundentes da atuação da Polícia Militar para defender a propriedade privada nos meses decorrentes à Copa das Confederações ocorreu em Porto Alegre. Em outubro de 2012, um grupo de manifestantes protestava em defesa de uma cidade “mais alegre” e contra a privatização dos espaços públicos. Durante o protesto pacífico, a Polícia Militar agiu de forma violenta e os manifestantes furaram o boneco do Tatu-Bola, mascote da Copa do Mundo, que ocupava um lugar de destaque no espaço público. A polícia formou um cerco em torno do boneco e partiu para cima das manifestantes, ferindo gravemente dezenas deles (OLIVEIRA *et al.* 2012). Uma semana depois um boneco inflável de Tatu-Bola foi furado em Brasília. Nas demais cidades-sede da Copa das Confederações, os bonecos foram guardados com escoltas de Polícia Militar.

Inesperadamente, a Copa de Confederações de 2013 trouxe grandes e novos desafios para a segurança pública durante os megaeventos esportivos. A onda de protestos que se espalhou pelo Brasil testou todos os sistemas operacionais de segurança pública e revelou os pontos fortes e frágeis. Apesar de ter formado, já em 2011, uma Secretária Extraordinária de Segurança Pública para Grandes Eventos (SESGE), houve um despreparo para grandes distúrbios civis (CASTRI 2014; ADEILTON, 2014). Em consequência, a trucu-

lência e violência definiram a atuação da polícia durante a Copa das Confederações, dando a impressão que os interesses dos patrocinadores e da FIFA foram sendo protegidos (ou valorizados) mais que a integridade física da população. Em todo o país, as manifestações resultaram em violações de direitos humanos e demonstravam que a polícia brasileira não é treinada para garantir a segurança pública em tempos de crise ou para lidar pacificamente com a população.

A previsão de gastos na área de segurança pública para a Copa do Mundo foi de R\$ 1,9 bilhões, mas, em resposta aos protestos emergentes, esse é apenas um número-base. Conforme os dados disponibilizados pelo governo federal, as despesas estão sendo direcionadas principalmente para a consolidação de um modelo centralizado de comando e controle, e para o desenvolvimento de corporações de segurança ostensiva. Em particular, destacamos a construção de dois Centros Integrado de Comando e Controle (CICC), um em Brasília e outro no Rio de Janeiro. Além destes investimentos há o desenvolvimento de novos arranjos de segurança que estão preparando as cidades para as demandas dos megaeventos. Rio de Janeiro, sede da final da Copa do Mundo e das Olimpíadas de 2016, está passando para um experimento de segurança pública chamado Unidade de Polícia Pacificadora (UPP).

UPP no Rio de Janeiro é fruto das experiências das forças armadas federais nas ações de patrulhamento e pacificação no Haiti que começaram em 2004. Tais experiências de ocupação foram levadas para as favelas dominadas pelo tráfico de drogas no Rio de Janeiro logo depois da realização dos Jogos Pan-Americanos. Desde 2008, o projeto das UPPs no Rio de Janeiro, que se trata de uma ocupação militar das favelas localizadas dentro ou nas proximidades dos “anéis olímpicos” traçados no dossiê de candidatura de Rio 2016, criou um cinturão de segurança no entorno do Maracanã (PALERMO 2013, 323). O projeto da pacificação é complexo e contraditório demais para ser desvendado aqui, mas sua realização é tida como uma consequência direta dos megaeventos esportivos no país (DE LA BARRE 2013). Efetivamente, uma unidade de UPP atua como uma força contrainsurgente. Esse tipo de atuação é consistente com o treinamento que as tropas de choque do Rio de Janeiro estão recebendo da polícia francesa e da FBI nos seus preparativos para a Copa do Mundo (GOULART 2013; RAMALHO 2013; CARVALHO 2014). Embora inicialmente a presença das UPPs tenha diminuído a taxa de homicídios nas comunidades ocupadas, há graves denúncias de violações de direitos humanos por parte da Polícia Militar ligada às UPPs (FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA 2012). O investimento no programa de UPP será de R\$ 780 milhões em 2014.

Megaeventos esportivos são momentos para experimentos em controle de multidões e para a construção de espaços nas cidades que produ-

zam valor para investidores e patrocínios (BENNETT e HAGGERTY, 2011, 11). Os arranjos espaciais de segurança pública sempre criam áreas seguras e áreas inseguras. Essa dicotomia se estende à população. As pessoas que circulam nos espaços do evento têm o “direito” de passar pelas fronteiras temporárias erguidas pela polícia. Quem tiver credencial, ingresso, ou razão social para prosseguir pode passar a fronteira. Quem não pertence ao evento na qualidade de trabalhador, consumidor ou participante não tem o direito de circular no espaço socialmente construído para o evento. As tentativas de romper com esse novo arranjo espacial são violentamente reprimidas. É importante destacar que a ameaça da relação bélica entre a Polícia Militar e o tráfico de drogas prevalente no Rio de Janeiro (e as demais capitais brasileiras) foi um constante durante décadas. A implementação de uma força armada para acabar com o tráfico armado tem como uma das suas finalidades garantir a realização dos megaeventos esportivos. É claro que está sendo criado uma nova arquitetura de segurança pública em prol da acumulação de capital e que os investimentos pesados nas grandes capitais brasileiras fortalecem “uma tendência emergencial à militarização, com tanques e fuzis apontados para os brasileiros” (UOL, 2014).

5. *As ameaças à realização do evento são sempre exageradas e os custos são sempre maiores do que previstos. As ameaças de terrorismo, quase inexistentes no Brasil, crescem com os grandes eventos. As medidas extraordinárias se justificam por essas ameaças que o evento mesmo cria.*

O crime de terrorismo não existe no Brasil. Na época do Eco-92, a maior preocupação das autoridades foi com a ameaça ao evento pelas facções de tráfico de drogas. Embora o Primeiro Comando da Capital (PCC) de São Paulo tenha garantido uma Copa do Mundo do terror, as preocupações do poder público com a realização de megaeventos no Brasil agora é o terrorismo (BULCÃO 2012). Essa situação tem muito a ver com o panorama internacional de segurança pública depois dos atentados nos EUA em 2001, mas também com o caráter internacional dos eventos. Como as ameaças a um megaevento são seletivamente e socialmente construídas é importante entender as ações do governo como uma reflexão de ansiedades sociais. No caso do Brasil, as preparações de segurança pública estão sendo conduzidas para lidar com uma população local insatisfeita e para mitigar as ansiedades da FIFA e do COI sobre a capacidade do estado de garantir a realização dos eventos.

Ao longo dos últimos anos, o Brasil vivenciou progressivos aumentos na segurança para os grandes eventos. Para o Pan 2007, não houve muita discussão sobre atos de terrorismo e os investimentos em segurança pública foram direcionados ao controle ostensivo do espaço público, ocupação de favelas e a circulação de pessoas ligadas ao evento. Com a realização dos Jogos Militares em 2011, a previsão de investimento em segurança pública foi

de R\$ 67 milhões, sendo que houve um superfaturamento de R\$ 2,6 milhões no setor de segurança pública. O evento em si estourou o orçamento previsto em mais de R\$ 300 milhões, custando aos cofres públicos R\$ 1.5 bilhões, e foi alvo de várias investigações do TCU (MAGALHÃES 2012). Não houve nenhuma ameaça à realização do evento e não há documentos disponíveis ao público sobre os gastos na área de segurança pública.

Já em 2012 a conferência Rio + 20 da ONU trouxe mais que 200 chefes do estado e dignitários de todo mundo para o Rio de Janeiro. Para garantir a segurança dessas pessoas e a realização do evento, o governo federal desembolsou R\$ 111,6 milhões. Incluídos no esquema estão “24 embarcações, dois helicópteros com câmeras de última geração, cinco centros de descontaminação de massas e 15 mil agentes de segurança, duas fragatas e 18 helicópteros. O evento marcou a primeira vez que o governo federal testou o Sistema Nacional de Procurados e Impedidos. Ligado a bancos de dados internacionais, o sistema pode barrar suspeitos e condenados ao tentarem entrar no país. Além disso, todas as formas de acesso ao Rio de Janeiro foram monitoradas com a ajuda de 24.833 militares e civis” (DEFESANET 2012). Toda a logística foi coordenada por cinco centros de controle sob comando das Forças Armadas (FOREQUE e MELLO, 2012).

É importante identificar que o policiamento de outros eventos no Rio de Janeiro e de outras cidades que sediam megaeventos tem reflexos dos momentos de crise provocados pelos eventos em si. Houve um constante aumento no número de efetivos nos eventos anuais em todo Brasil como Carnaval e Réveillon, e um aumento do número de agentes agindo em segurança pública desproporcional ao crescimento populacional.

Os investimentos acelerados e temporários em megaeventos acontecem a custa de outros investimentos que podiam ter efeitos de longo prazo nas populações mais vulneráveis que frequentemente têm articulações nas estratégias, redes e articulações de segurança (BENNETT e HAGGERTY 2011, 17). Vemos essa tendência como problemática nas cidades brasileiras onde as desigualdades socioespaciais e econômicas também se refletem no acesso à segurança pública. As camadas menos favorecidas da população tendem a ser alvos das ações policiais enquanto os mais ricos podem contar com segurança privada nas suas residências ou com policiamento menos ostensivo nos seus bairros.

6. *As medidas padronizadas de segurança pública que vêm com os megaeventos esportivos estão mapeadas num terreno global que contrastam com o cenário local. As tensões ali geradas têm que ser resolvidas dentro do projeto de segurança do evento. O papel de vigilância e organização vertical são destaques desse processo. Para permitir que o esquema de segurança se articule, uma conjuntura de leis de exceção é ativada. A tendência é que essas permaneçam depois do evento para serem usadas*

para outros fins. Essas ações formam parte de uma reconfiguração geral da política econômica do espaço urbano, forjando um sistema de segurança pública que é de uma vez centralizada, fragmentada e dispersa.

As exigências dos megaeventos nas áreas de transporte, hospedagem, empreendimentos esportivos e outras são acompanhadas por uma demanda legal para a realização do evento. Essa demanda, refletida nos chamados *host agreements*, coloca o ônus nas cidades e países-sede para criar um cenário que se aproxima do impossível.

Como o megaevento é sobretudo um momento de acumulação de capital, o remanejamento institucional de segurança pública reflete tendências dos agentes de capital de se centralizarem em grandes corporações. A demanda da FIFA de ter dois centros de comando e controle durante a Copa do Mundo é um exemplo dessa tendência. A difusão de mecanismos de coleta de dados, informação sobre pessoas e o aumento de cobertura policial durante o evento é um outro exemplo. Se tomarmos o caso do Rio de Janeiro como paradigmático, a extensão das UPPs para comunidades dentro dos anéis olímpicos atua para “segurar” esses territórios, abri-los para que o capital possa entrar ao mesmo tempo que aumenta a informação sobre os sujeitos que moram ali. Pode-se dizer que o processo de pacificação e a implementação de outras técnicas de policiamento e/ou segurança pública estão fazendo as cidades brasileiras mais legíveis (FREEMAN 2014, 9).

Para que estes processos possam acontecer dentro de um arcabouço institucional-legal é preciso gerar as chamadas “leis de exceção”. O processo é comum nas cidades e países- sede ao redor do mundo. Em Vancouver, em prol da realização dos Jogos Olímpicos do Inverno de 2010, a intenção foi criar leis que permitam uma expansão dos poderes do regime de segurança para regular infrações menores. O uso das Olimpíadas como catalisador para reduzir desordem pública através de uma extensão dos poderes discricionários da polícia (MOLNAR e SNIDER, 2011, 155). Vemos casos semelhantes em todas as cidades-sede da Copa do Mundo.

Em esfera nacional, a Lei Geral da Copa estabeleceu os parâmetros legais para a FIFA atuar no país. No campo de segurança pública é notável que a FIFA não assumiria nenhum custo de segurança para o evento, seus patrocinadores, os times, delegações. As cidades-sede são responsáveis pelo treinamento dos agentes que atuarão nos estádios e a FIFA será indenizada por qualquer dano ou incidente envolvendo segurança pública no país durante a Copa do Mundo. Além do mais, os contratos das cidades-sede indicam as particularidades de segurança pública em forma de escoltas, guarda-costas, *stewards*, e de áreas permitidas de atuação das forças de segurança pública.

O arcabouço nacional de segurança pública foi criada em agosto de 2011. A Secretaria Extraordinária de Segurança para Grandes Eventos (SESGE) é um braço permanente do Ministério da Justiça e é responsável por co-

ordenar as ações de segurança relativas à Copa das Confederações de 2013, à Copa do Mundo de 2014, aos Jogos Olímpicos de 2016 e a outros grandes eventos sediados no Brasil. Vai integrar as forças policiais federais e as mantidas pelos estados-sede, criar padrões de atendimento e treinamento e deixar um legado de segurança, tanto do ponto de vista tecnológico como de infraestrutura e capacitação.

É sua missão promover a integração de polícias dos estados das 12 cidades-sede com as Polícias Federal e Rodoviária Federal, além da Força Nacional de Segurança Pública, além de polícias estrangeiras, como a Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol). Essa integração vai envolver também outros órgãos federais, estaduais e municipais (Anvisa, Corpo de Bombeiros, Defesa Civil, concessionárias de energia, gás, luz).

Conforme as descrições do mandato da SESGE/MJ, o órgão máximo de segurança para os grandes eventos está “concentrado principalmente em articular esforços, promover a integração, a organização e a interoperabilidade de recursos humanos e materiais das estruturas organizacionais e direcionar a aplicação de fundos públicos com razoabilidade, eficiência e eficácia, visando à obtenção de um ambiente pacífico e seguro para a realização do evento. (SESGE/MJ, Plano de segurança p. 8). Os órgãos que serão integrados à SESGE são: Polícia Federal; Polícia Rodoviária Federal; Polícias Militares; Polícias Cíveis; Corpos de Bombeiros Militares; Órgãos Executivos de Trânsito; Guardas Municipais; Juizados Especiais Criminais; Juizados da Infância; Ministério Público; Receita Federal; Infraero e empresas de segurança privada (SESGE 2012, 47)

Conclusão

É somente através do reconhecimento das interações entre atores transnacionais, nacionais e locais que poderíamos entender os efeitos duradouros da governança de segurança nos megaeventos esportivos (KLAUSER, 2011, 129). Nos contextos local e nacional, podemos identificar a continuação de tendências mundiais de segurança pública na realização dos grandes eventos esportivos. Nos meses decorrentes à Copa do Mundo, tem-se aumentado as notícias sobre treinamento das forças armadas para possíveis confrontos com a população nas ruas das cidades-sede no Brasil. Destaca -se na mídia um catálogo de armamentos, e os novos uniformes e tecnologias da polícia recebem ampla cobertura. De um lado, pode-se perceber que esta é uma estratégia clara para impor um sentimento de medo na população. O mandato que tem a polícia para agir duramente nas manifestações é uma maneira de diminuir a adesão da população aos movimentos da rua. Por outro lado, é uma tentativa de demonstrar os investimentos em segurança para o mundo afora – uma amostra do poder e potencial do Brasil. Para ser “um país sério”,

é necessário ter tecnologia de ponta e fazer com que a segurança pública seja parte integrante do espetáculo. E, sobretudo, o estado brasileiro é contratualmente obrigado a garantir a realização do evento.

Esses processos todos não acontecem isoladamente, mas sim dentro de um panorama de segurança pública bastante precário, desigual e violento. Em todos os aspectos, os megaeventos servem para fortalecer tendências já existentes ou para criar novos arranjos institucionais de caráter “excepcional” ou “emergencial”. Como Brasil está passando por mais uma onda de militarização das cidades, a chegada dos megaeventos esportivos só pode fortalecer essa trajetória. Desde o Pan até as Olimpíadas, estima-se que serão gastos mais que R\$ 6 bilhões de dinheiro público em segurança pública para a realização dos megaeventos esportivos. Se somarmos os custos elevados para a implementação das UPPs no Rio de Janeiro a conta sobe por R\$ 1 bilhão por ano.

A falta de transparência nos gastos é agravada pela ausência de transparência nas informações coletadas sobre cidadãos. Sabe-se que há milhares de câmeras e uma coletânea de dados sobre indivíduos envolvidos nos movimentos sociais e nos protestos. Para onde vai essa informação toda? A quais interesses servem? É improvável que pessoas “comuns” possam ter acesso à informação coletada durante as preparações e a realização dos megaeventos. Os mecanismos de segurança pública procuram tornar transparente as ações, movimentos e motivos dos cidadãos, mas essa é uma transparência de mão única que serve para fortalecer os que estão vendo a custa dos cegos.

Por outro lado, os eventos precisam de segurança pública. Ninguém quer que durante uma emergência o poder público esteja sem capacidade de agir de forma eficiente para proteger a população. Uma vez contratados é também importante que os eventos aconteçam sem prejuízos à infraestrutura ou ameaças aos participantes. Neste sentido, a presença da segurança pública especialmente voltada para o evento é importante. Pode-se questionar a utilidade do evento, mas é difícil negar a necessidade de investir em segurança. As questões neste sentido se voltam para: Quem está pagando? Para quê? Quais são os impactos desse modelo antes, durante e depois do evento? É claro que um conceito mais amplo de segurança pública precisa ser elaborado para garantir que os megaeventos esportivos funcionem para melhorar e não piorar o acesso e controle público à segurança.

Referências bibliográficas

ADEILTON. 2014. “Adeilton9599: Protesto No Rio Volta a Pôr Em Questão Preparo Da Polícia.” *Adeilton9599*. <http://adeilton9599.blogspot.com.br/2014/02/protesto-no-rio-volta-por-em-questao.html>.

- ALFRADIQUE, Carlos. 2014. Media tour of Centro Integrado de Comando e Controle, Rio de Janeiro.
- AMADO, Guilherme; SERRA, Paola. 2013. “Polícia Militar Do Rio É a Mais Corrupta Do País, Mostra Pesquisa.” *Extra Online*. <http://extra.globo.com/casos-de-policia/policia-militar-do-rio-a-mais-corrupta-do-pais-mostra-pesquisa-8044394.html>.
- BARBOSA, Caio. 2012. “PM Vai Monitorar O Rio Com Câmera Instalada Em Balão.” *O Dia Online*. Accessed November 27. <http://odia.ig.com.br/cm/2.167/rio/pm-vai-monitorar-o-rio-com-câmera-instalada-em-balão-1.518976>.
- BATISTA, Vera Malaguti. 2011. “A polícia do Rio é a que mais mata no mundo.” *Www.ihu.unisinos.br* XI (373). <http://www.ihu.unisinos.br/noticias/500656-a-policia-do-rio-e-a-que-mais-mata-no-mundo>.
- BENNETT, Colin; HAGGERTY, Kevin (eds.) (2011). *Security Games: Surveillance and Control at Mega-Events*. Abingdon Oxon;New York: Routledge.
- BULÇÃO, Luis. 2012. “A Segurança Da Rio+20: O Inimigo Agora É Outro.” <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/a-seguranca-da-rio-20-o-inimigo-agora-e-outro>.
- CALDEIRA, Teresa P. R. 2000. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: EDUSP: Editora 34.
- CALIL, Lucas. 2013. “Gastos com segurança em 2007 foram tardios e a conta acabou ficando mais salgada.” *Extra Online*. <http://extra.globo.com/esporte/rio-2016/olimpiadas-2016-gastos-com-seguranca-em-2007-foram-tardios-a-conta-acabou-ficando-mais-salgada-7666738.html>.
- CARVALHO, Igor. 2014. “Uma polícia pouco pacificadora.” *Revista Fórum*, June 1. <http://revistaforum.com.br/blog/2014/01/uma-policia-pouco-pacificadora/>.
- CASTRO, Julian. 2014. “Em pesquisa, 64% dos policiais assumem não ter treinamento adequado para lidar com protestos.” *O Globo*, February 2, sec. País. <http://oglobo.globo.com/pais/em-pesquisa-64-dos-policiais-assumem-nao-ter-treinamento-adequado-para-lidar-com-protestos-11476813>.
- DANA, Felipe. 2013. “Estoque acaba e PM compra bombas de gás lacrimogêneo emergencialmente no rio.” *UOL Notícias*, June 27. <http://noticias.uol.com.br/ultimas-noticias/agencia-estado/2013/06/27/estoque-acaba-e-pm-compra-bombas-emergencialmente.htm>.
- DE LA BARRE, Jorge. 2013. “Choque do Futuro: o Rio de Janeiro e os Mega-Eventos.” *O Social Em Questão* XVI (29): 43–68.
- DEFESANET. 2012. “Rio+20: Plano de Segurança Mobilizou 24.833 Militares e Civis.” *DefesaNet*. <http://www.defesanet.com.br/defesa/noticia/6552/Rio+20---plano-de-seguranca-mobilizou-24-833-militares-e-civis->.
- FERRAZ, Sonia Maria Taddei. 2008. *Arquitetura da Violência*. Documentary. Universidade Federal Fluminense.
- FONSECA, Bruno, Jessica Mota; BODENMÜLLER, L.; VIANA, N. 2013. “Com a Copa, Brasil Vira Mercado Prioritário Da Vigilância.” *Pública*. <http://www.apublica.org/2013/09/copa-brasil-vira-mercado-prioritario-da-vigilancia/>.

FOREQUE, Flávia; MELLO, F. 2012. “Conferência Rio+20 terá esquema de segurança recorde.” *Folha de São Paulo*, February 13. <http://www1.folha.uol.com.br/fsp/ciencia/25543-conferencia-rio20-tera-esquema-de-seguranca-recorde.shtml>.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2012. *Os Donos do Morro: Uma avaliação exploratória do impacto das unidades de polícia pacificadora (UPP) na cidade do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Forum Brasileiro de Segurança Pública. <http://www.lav.uerj.br/relat2012.html>.

FREEMAN, James. 2014. “Raising the Flag over Rio de Janeiro’s Favelas: Citizenship and Social Control in the Olympic City.” *Journal of Latin American Geography* 13 (1): 7–38. doi:10.1353/lag.2014.0016.

FREIXO, Marcelo. 2013. “Prisões, Crime Organizado E Exército de Esfarrapados”. Justiça Global. http://www.ovp-sp.org/artg_marcelofreixo.pdf.

GOMES, Marcelo. 2013. “PM do Rio compra bomba de gás lacrimogêneo 3 vezes mais forte.” *Estadão*, September 12. <http://www.estadao.com.br/noticias/cidades,pm-do-rio-compra-bomba-de-gas-lacrimogeneo-3-vezes-mais-forte,1106180,0.htm>.

GOULART, Gustavo. 2013. “Policiais franceses chegam para treinar militares do Rio de Janeiro.” *O Globo*. <http://oglobo.globo.com/rio/policiais-franceses-chegam-para-treinar-militares-do-rio-de-janeiro-10788301>.

KLAUSER, Francisco. 2011. Commonalities and Specificities in Mega-Event Securitization. In *Security Games: Surveillance and Control at Mega-Events*, 120–36. Great Britain: Bennett, Colin and Kevin Haggerty.

KONCHINSKI, Vinicius. 2012. “Coordenador de Segurança da Rio-2016 desviou R\$ 18 mil no Pan-2007, diz Ministério Público.” *UOL Olimpíadas 2012*. <http://olimpiadas.uol.com.br/noticias/redacao/2012/01/13/coodenador-de-seguranca-do-rio-2016-desviou-r-18-mi-no-pan-2007-diz-ministerio-publico.htm>.

LOPES, Cleber da Silva. 2012. *O controle de segurança privada no Brasil*. Mestrado em Ciência Política, São Paulo, SP, Brasil: Universidade de São Paulo.

MACHADO DA SILVA, Luiz Antônio. 2013. “O controle do crime violento No Rio de Janeiro.” *Le Monde Diplomatique Brasil*, January 2.

MAGALHÃES, Luiz Ernesto. 2012. “TCU investiga general à frente de megaeventos do Rio.” *O Globo*, Novembro 26. <http://oglobo.globo.com/rio/tcu-investiga-general-frente-de-megaeventos-do-rio-6840340>.

MATTOS, Rodrigo. 2014. “Para Copa, Governo compra 2.691 Armas de balas de borracha. Gasto: R\$ 30 Mi.” *UOL Esporte*. http://rodrigomattos.blogosfera.uol.com.br/2014/03/11/para-copa-governo-compra-2-691-armas-de-balas-de-borracha-gasto-r-30-mi/?fb_action_types=og.recommends&fb_source=other_multiline.

MOLNAR, Adam; SNIDER, L. 2011. “Mega-Events and Mega-Profits: Unravelling the Vancouver Security-Development Nexus.” In *Security Games: Surveillance and Control at Mega-Events*, p. 150-68. Abingdon, Oxon: Routledge.

O GLOBO. 2012. “Mais de sete mil policiais do Estado atuarão na Rio+20.” *O Globo*, December 6, sec. Economia. <http://oglobo.globo.com/rio20/mais-de-sete-mil-policiais-do-estado-atuarao-na-rio20-5183236>.

- OLIVEIRA, S.; NATUSCH, I.; FURQUIM, R.; PRESTES, F. 2012. "Polícia gaúcha bate em defesa de um Tatu de plástico." *Viomundo*. <http://www.viomundo.com.br/voce-escreve/sul21-policia-gaucha-bate-em-defesa-de-um-tatu-de-plastico.html>.
- PACHECO, Paula; CASCIANO, Marcelus. 2014. "(In)Segurança Máxima." *América Economia Brasil*, January 24. <http://americaeconomiasbrasil.com.br/content/inseguranca-maxima>.
- PALERMO, Luiz Claudio. 2013. "Megaeventos e Unidades de Polícia Pacificadora: representações sobre o lugar das favelas no tecido urbano." *ILHA* 15 (2): 311-30. doi:10.5007/2175-8034.2012v14n1-2p311.
- PORTAL DA COPA. 2012. "Arenas da Copa do Mundo terão um policial para cada 50 pessoas." *Portal da Copa*. <http://www.copa2014.gov.br/pt-br/noticia/arenas-da-copa-do-mundo-terao-um-policial-para-cada-50-pessoas>.
- POTIGUARA DE LIMA, Maria do Socorro. 2008. *RELATÓRIO DE AUDITORIA ANUAL DE CONTAS CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO*. AUDITORIA DE GESTÃO 08020.001558/2008-41. Brasília: CONTROLADORIA-GERAL DA UNIÃO.
- RAMALHO, Sérgio. 2013. "Polícia treina com robô em favela cenográfica para Copa Das Confederações." *O Globo*. <http://oglobo.globo.com/rio/policia-treina-com-robô-em-favela-cenografica-para-copa-das-confederacoes-8616840>.
- REBELLO, Aiuri. 2013. "EUA irá colaborar com Brasil na segurança dos grandes eventos, diz embaixadora na ONU." *UOL Copa Do Mundo 2014*, April 17. <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2013/04/17/eua-ira-colaborar-com-brasil-na-seguranca-de-copa-de-2014-e-olimpiadas-diz-embaixadora-no-onu.htm>.
- RITTO, Cecília. 2013. Segurança da JMJ Terá Supercâmeras e Tropa de 10.000 Policiais." <http://veja.abril.com.br/noticia/brasil/seguranca-da-jmj-tera-supercameras-e-tropa-de-10000-homens>.
- RODRIGUES DE ALVANEGRO FILHO, José. 2010. "A 'chacina do PAN' e a produção de vidas descartáveis na cidade do rio de janeiro: "não dá pé não tem pé nem cabeça. Não tem ninguém que mereça. Não tem coração que esqueça". Mestrado em psicologia Niterói, Rio de Janeiro: Universidade Federal Fluminense. <http://www.slab.uff.br/imagens/Aquivos/dissertacoes/2010/JoseRodrigues.pdf>.
- SANCHEZ, Fernanda. 2001. *A Reinvenção Das Cidades Na Virada de Século*: agentes, estratégias e escalas de ação política. s.d: s.l.
- SECRETARIA NACIONAL DE SEGURANÇA PÚBLICA. 2008. *Relato Do Gestão 2007*. Brasília: Ministério da Justiça.
- Secretário Extraordinário de Segurança para Grandes Eventos. 2012. *Planejamento Estratégico de Segurança Para a Copa Do Mundo Da Fifa 2014*. Strategic Plan. Brasília: Ministério da Justiça.
- SOUZA, André. 2014. Governo prepara tropa de choque para a Copa do Mundo. *O Globo*, April 1. <http://oglobo.globo.com/esportes/copa-2014/governo-prepara-tropa-de-choque-para-copa-do-mundo-11207348>.

TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. 2008. *RELATÓRIO DE ACOMPANHAMENTO DAS AÇÕES E OBRAS RELACIONADAS AOS JOGOS PAN E PARAPAN-AMERICANOS DE 2007*. Acompanhamento TC-014.800/2007-3. Brasília: Tribunal de Contas da União.

UOL. 2014. “PF faz greve e denuncia indicação política na cúpula da segurança da Copa 15”. Notícias. *UOL Na Copa*. <http://copadomundo.uol.com.br/noticias/redacao/2014/03/10/pf-fara-greve-contra-indicacoes-politicas-no-comando-de-seguranca-da-copa.htm>.

WASELFSZ, Julio Jacobo. 2011. *Mapa Da Violência: os jovens do Brasil*. São Paulo: Instituto Sangari.